

# CBIC Hoje

**CBIC**  
Informativo Diário da  
Indústria da Construção

[ACESSE O SITE](#)   [CBIC MAIS](#)

## Construção é o setor com maior queda no PIB de 2017, mas dá sinais de recuperação



Dentre os doze setores analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a construção civil foi o que teve a maior queda no Produto Interno Bruto (PIB) de 2017, encolhendo 5%. Os outros três setores que recuaram no último ano foram: atividades financeiras (-1,3%), serviços de informação e comunicação (-1,1%) e administração pública (-0,6%). Outros dados do IBGE também mostram que a mão de obra ocupada na construção em 2017 diminuiu 6,2%; e as operações de crédito no setor decresceram 2,2%.

Após dois anos de retração, o PIB brasileiro apresentou crescimento de 1%. Segundo o economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Luís Fernando Melo Mendes, esse crescimento "resultou na alta de 1,3% nos Impostos sobre Produtos, principalmente o crescimento em volume do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 1,5%, e de 7,9% do Imposto de Importação. O que contribui para recuperação do quadro fiscal, que no cenário econômico ainda é o que preocupa".

Os sinais de melhora vêm aparecendo nos últimos quatro trimestres, quando a construção passou a ter resultados positivos após uma série de oito trimestres negativos, iniciada em 2014. Nos últimos três meses de 2017, o setor ficou estagnado (0%). No entanto, a trajetória ascendente ainda não é estável, com o desempenho trimestral oscilando entre crescimento e retração ao longo do ano.

“Com a estagnação da construção, o investimento mostrou crescimento de 2% em relação ao trimestre anterior, sendo puxado exclusivamente pelo segmento de máquinas e equipamentos”, comenta Melo Mendes. Já em todo o ano de 2017, o investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) contraiu 1,8%, o que também ainda preocupa o setor.

É consenso que a retomada da economia brasileira passa, necessariamente, pelo progresso da construção civil. “Sem uma construção robusta – que além de contribuir para recuperar os investimentos nacionais, também sana gargalos da infraestrutura social e produtiva, elevando a competitividade dos cidadãos e dos produtos brasileiros –, a recuperação para enfrentar os desafios do País não será completa e suficiente”, afirma o economista da CBIC.



## **CANPAT Construção 2017/2018: segurança e saúde no trabalho deve ser preocupação número um das empresas do setor**





“Apesar da crise, o setor da construção conta com 2,6 milhões de trabalhadores. Não podemos deixar de cuidar do trabalhador, que é o nosso maior ativo, nosso maior patrimônio. A aplicação dos procedimentos em saúde e segurança são tão importantes quanto o projeto executivo de uma obra”, destacou o presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Fernando Guedes, nesta quinta-feira (01/03), em Goiânia (GO). Guedes reforçou a importância do estímulo à cultura de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, com a participação do setor produtivo, dos trabalhadores e do governo, e que “investimento em Saúde e Segurança no Trabalho não é custo”.

As afirmações foram feitas durante a apresentação da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes na Indústria da Construção (CANPAT Construção 2017/2018), que contou com mais de cem participantes, entre empresários, técnicos de segurança e auditores goianos. A iniciativa, pioneira no setor da construção, integra o Seminário Regional Edificar o Trabalho, realizado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da sua CPRT, pelo Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO), pelo Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), pelo Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional (Sesi-DN) e pelo Serviço Social da Construção (Seconci Brasil).

Na parte da manhã, o presidente da CPRT/CBIC apresentou os trabalhos e as ações desenvolvidas pela CBIC em Segurança e Saúde no Trabalho, que estão disponíveis no site da CBIC para *download*, como o Guia Contrate Certo, o Guia Orientativo de Segurança, o Guia Orientativo de Áreas de Vivência, o Guia Orientativo de Incentivo à Formalidade e o

Guia para Gestão de Segurança nos Canteiros de Obras, todos correalizados em conjunto com o Sesi Nacional, além da ferramenta de simulação de custos de afastamentos e acidentes e a série de vídeos orientativos na prevenção de acidentes. Pelo incentivo à realização do evento em Goiânia, o presidente do Sinduscon-GO, Eduardo Bilemjian Filho, foi homenageado com a estatueta da CANPAT Construção 2017/2018.

Os representantes do Sesi, Renata Rézio, especialista da Unidade de Saúde e Segurança na Indústria do Sesi Nacional, e Bruno Araújo Godinho, gerente de Saúde e Segurança do Trabalho do Sesi-GO, apresentaram os projetos e as ações dedicadas ao setor, destacando a Cartilha do eSocial, com informações e dicas para as empresas se prepararem para o atendimento ao novo sistema; o Rede Sesi Viva Mais – sistema de gestão unificado da instituição, e os Centros de Referência em Segurança e Saúde no Trabalho, com parcerias internacionais, desenvolvidos para atender a todas as regiões do país. “Investir em saúde e segurança é um bom negócio, cumprir a legislação é o básico. Não há como falar em comportamento preventivo se não falar em educação”, comentou Bruno Godinho.

“Ações como esta são importantes para mostrar o que está sendo feito, em parceria, para evitar acidentes”, destacou o representante da Fieg, Paulo Vargas, superintendente do Sesi-GO, mencionando a importância da efetiva participação dos trabalhadores na iniciativa e reiterando o interesse da Federação na parceria.

“É importante que todos os atores envolvidos estejam presentes em eventos como esse para juntos construir uma indústria segura”, disse o superintendente regional do trabalho e emprego em Goiás, Degmar Jacinto Pereira, aproveitando para convidar o Sinduscon-GO para participar do “Abril Verde”, Campanha de Prevenção de Acidentes do Trabalho do município.

“Acidente e doença geram custos e perdas, estimados em 4% do PIB por ano”, destacou José Almeida Martins de Jesus Júnior, auditor fiscal do Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, reforçando a importância de eventos como esse para conscientizar o setor e separar o joio do trigo. “É preciso prever riscos e adotar medidas preventivas”, completou.

Mais uma vez, o evento cumpriu o papel de disseminar aos empresários e trabalhadores do setor da construção não apenas dados sobre condições que levam a acidentes e doenças do trabalho, suas consequências e a quantidade de ocorrências, mas também o de apresentar as boas práticas desenvolvidas pelo setor da construção em todo o país em prol do trabalhador. O terceiro dos cinco eventos regionais programados pela CPRT/CBIC até o final deste semestre também contou com a participação de Denise Carvalho Noleto Silva (Seconci Brasil), Isabela Lemos (Seconci-GO) e Petronilho Alves de Moura (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada).

O segundo painel do evento contou com a participação dos especialistas em Direito Trabalhista, Renato Vicente Romano Filho, e em Políticas e Indústria, da Gerência de Relações do Trabalho da CNI, Pablo Rolim Carneiro, que debateram questões relacionadas à Reforma Trabalhista, com foco em suas atualizações, e sobre a expectativa para implementação do eSocial. Ficou claro que um horizonte de novo adiamento de aplicação

do eSocial é praticamente inexistente, por isso o alerta sobre a importância das empresas se prepararem com antecedência.



## Fortaleza recebe seminário técnico de revisão do Sinapi



*Fotos: Giovanni Santos / Sistema FIEC*

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará (Sinduscon-CE) realizou na manhã da última terça-feira (27), na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), o Seminário Técnico de Revisão do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi).

A ação, promovida pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e pelo Senai Nacional, em parceria com a Caixa Econômica Federal, discutiu as novas composições do Sinapi e o detalhamento do manual técnico do sistema, que indica regras e critérios para a elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

Como palestrantes, o seminário recebeu Geraldo de Paula Eduardo, gestor do projeto de revisão e representante da CBIC; José Soares Diniz Neto, consultor da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC; e Mauro Fernando Martins de Castro, arquiteto e gerente executivo do Sinapi da Caixa Econômica Federal. A apresentação foi feita pelo vice-presidente de Obras Públicas do Sinduscon-CE, Augusto Souza.

Os presentes tiveram acesso a informações, como itemização própria do Sinapi, apresentação detalhada de ficha técnica, caderno de composições e processo de aferição, destinados a obras.

Algumas das entidades que compareceram ao seminário foram a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra), a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), além de representantes de construtoras e empresas de engenharia.



## **Ações sobre novo Código Florestal são julgadas pelo STF**



*Foto: Divulgação STF*

Sob relatoria do ministro Luiz Fux, o julgamento de ações relativas ao novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) foi concluído ontem, 28 de fevereiro, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). Como decisão, vários dispositivos foram reconhecidos válidos, alguns trechos foram declarados inconstitucionais e outros itens tiveram suas respectivas interpretações atribuídas.

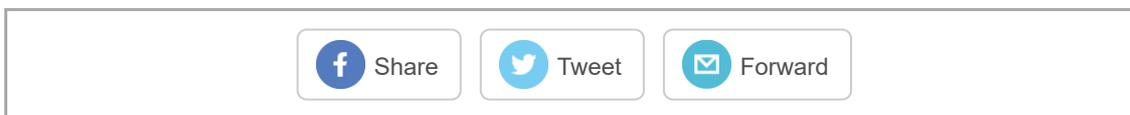
Foram julgadas em conjunto a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 42 – proposta pelo Partido Progressista (PP) e que buscava a declaração de validade da norma; e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937 – propostas pela Procuradoria Geral da República (PGR) e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) para questionar a Lei.

Dentre as principais decisões proferidas, o STF não considerou “anistia” o fato de os proprietários que aderirem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) não ficarem sujeitos a sanções referentes a infrações cometidas antes de 22/06/2008. O Supremo entende que os proprietários continuam sujeitos a punição se descumprirem os ajustes firmados e que a regra tem a finalidade de estimular a recuperação de áreas degradadas.

Já os dispositivos relativos ao entorno de nascentes e olhos d’água intermitentes foram declarados inconstitucionais para que essas áreas sejam consideradas de proteção permanente e de preservação ambiental. Além disso, foram reduzidas as hipóteses de intervenção excepcional em Áreas de Preservação Permanente. Intervenções por interesse

social ou utilidade pública ficam condicionadas à inexistência de alternativa; e obras voltadas à gestão de resíduos e vinculadas à realização de competições esportivas não estarão mais previstas como casos de utilidade pública.

*(Com informações do STF)*



## **Governo Federal concebe premiação para práticas sustentáveis**



Por meio do **Decreto nº 9.295**, de 28 de fevereiro de 2018, o presidente Michel Temer institui o Prêmio Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Prêmio ODS Brasil. Seu objetivo é incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas sustentáveis desenvolvidas pelos Governos – nas esferas estaduais, distrital e municipais – e pela sociedade civil que contribuam para o alcance dos objetivos e metas da **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. A premiação será concedida pelo Governo Federal, bianualmente, até 2030.

Como próximo passo, o regulamento será editado pela Secretaria de Governo da Presidência da República, que também coordenará a implementação do Prêmio ODS Brasil e será responsável por dar suporte técnico e administrativo à iniciativa. O decreto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, 1º de março.



## **Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional sofre alterações no regimento interno**



O Ministério do Trabalho publicou hoje (01), no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria nº 139, de 28 de fevereiro de 2018, aprovando as alterações no Regimento Interno do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional – instituído pela Portaria MTE nº 1339, de 15 de agosto de 2012.

O Fórum tem o objetivo de desenvolver, apoiar e propor ações de mobilização pelo cumprimento de contratação de aprendizes, bem como monitorar e avaliar o alcance das metas de contratação e a efetividade dos programas de aprendizagem profissional. O grupo é composto por órgãos do Governo, centrais sindicais, confederações, conselhos, instituições do Sistema S, instituições formadoras e representantes de organizações da sociedade civil. Podem integrar, como ouvintes e a critério de seus membros, personalidades, técnicos e outras instituições de direito público ou privado.

Para ler a nova versão do Regimento Interno do Fórum, **acesse aqui**.



## AGENDA



### **08 de março**

#### **CANPAT Construção 2017/2018**

**Horário:** 8h30 às 16h

**Local:** Sede da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) – Vitória (ES)

### **15 de março**

#### **BIM – Oportunidade para inovar a indústria da construção e aumentar a transparência das compras públicas**

**Horário:** 8h30 às 12h30

**Local:** Royal Tulip Brasília Alvorada (SHTN Trecho 2 Conj. 1 Bloco C) –

Brasília/DF



YouTube



Email



Website



Twitter



Facebook



Flickr



SoundCloud

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR TODAS AS EDIÇÕES DO CBIC HOJE](#)

**CBIC**

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção | SBN - Quadra 01 - Bloco I - Edifício Armando Monteiro Neto - 4º Andar - CEP 70.040-913 - Brasília/DF | Tel.:(61) 3327-1013

[unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)

[Inscreva-se aqui para receber nossos informativos](#)